

# Relatório de Gestão e Contas

## 2012



## ÍNDICE

### Relatório de Contas e Gestão

- 1 - Análise orçamental
- 2 - Balanço
- 3 - Demonstrações de resultados
- 4 - Mapa de fluxos de caixa
- 5 - Evolução das dívidas de curto prazo e médio/longo prazo
- 6 - Fatos relevantes ocorridos após o fecho do exercício

### Demonstrações financeiras e Anexos às Demonstrações Financeiras

- 8.1 - Caracterização da Entidade
- 8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza

## 1 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

As demonstrações financeiras apresentadas no presente Relatório e Contas são referentes ao exercício de 2012, i.e. de 01.01.2012 a 31.12.2012, no cumprimento do disposto do n.º2 do art.º 52 da Lei 98/97, republicada em anexo à Lei n.º48/2006, de 29 de Agosto, sendo preparadas e elaboradas de acordo com a Portaria n.º794/2000, de 20 de Setembro e Portaria 671/2000, de 17 de Abril.

A presente Conta de Gerência, é da responsabilidade do Conselho de Gestão em exercício de funções.

### RECEITA

Durante o ano 2012 a receita cobrada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), acrescida da integração dos saldos de gerência de 2011, ascendeu a 29.247.000,43 €, a que corresponde um grau de execução orçamental da receita de 89,14 % e que teve a sua origem nas fontes de financiamento indicadas no quadro seguinte.

<b>Receita por Fonte de Financiamento em 2012</b>			
Fonte de Financiamento / Actividade	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Grau Execução
<b>Orçamento de Funcionamento (1)</b>			
<b>Dotação OE</b>			
311 - RG não afectas a proj. cofinanciados	18.263.909,00	18.263.909,00	100,00%
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	379.327,53	379.327,53	100,00%
314 - Saldos de RG afectas a proj. cofinanciados	58.135,96	58.135,96	100,00%
319 - Transferências de RG entre organismos	1.385.417,82	1.309.400,68	94,51%
<i>Sub-Total Dotação OE</i>	20.086.790,31	20.010.773,17	99,62%
<b>Financiamento da UE</b>			
411 - FEDER QCA III	117.857,34	117.857,34	100,00%
412 - FEDER POFC	454.004,94	454.004,94	100,00%
416 - FEDER POR Lisboa	317.178,39	317.178,39	100,00%
441 - FSE QCA III	5.957,19	5.957,19	100,00%
442 - FSE POPH	201.406,13	201.406,13	100,00%
451 - FEOGA	286,34	286,34	100,00%
48 - Outros	870.003,80	870.003,80	100,00%
<i>Sub-Total Financiamento da EU</i>	1.966.694,13	1.966.694,13	100,00%
<b>Receita Própria</b>			
51 - Receita Própria do ano	9.306.986,00	5.818.119,11	62,51%
52 - Saldos de RP transitados	1.435.201,07	1.435.201,07	100,00%
54 - Transferências de RP entre organismos	2.655,00	2.655,00	100,00%
<i>Sub-Total Receita Própria</i>	10.744.842,07	7.255.975,18	67,53%
<b>Total Orçamento de Funcionamento</b>	32.798.326,51	29.233.442,48	89,13%
<b>Orçamento de Investimento - PIDDAC (2)</b>			
<b>Dotação OE</b>			
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	13.557,95	13.557,95	100,00%
<i>Total Orçamento de Investimento</i>	13.557,95	13.557,95	100,00%
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b>32.811.884,46</b>	<b>29.247.000,43</b>	<b>89,14%</b>

O total da receita cobrada, 29.247.000,43 €, corresponde quase na totalidade ao Orçamento de Funcionamento, a que respeita um grau de execução de 89,14%. O orçamento de PIDDAC é de valor insignificante.

Em comparação com o ano de 2011, verifica-se que a receita teve um decréscimo de 19,16 %, justificando-se sobretudo com a diminuição das transferências do OE para a FCUL, conforme demonstra o quadro seguinte

<b>Comparação Receita 2011 vs 2012</b>			
<b>Tipo</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>var.</b>
Taxas, multas e penalidades	4.926.876,71	4.512.219,04	-8,42%
Rendimentos de propriedade	5.167,04	556,11	-89,24%
Transf. correntes	26.183.427,42	20.450.916,88	-21,89%
Vendas de bens e serviços	1.161.759,49	1.201.774,63	3,44%
Outras rec. correntes	38.020,82	13.107,50	-65,53%
Transf. Capital	72.787,58	126.710,28	74,08%
Reposições não abatidas	70,19	6.997,63	9869,55%
Saldos da gerência anterior	3.790.255,90	2.934.718,36	-22,57%
<b>TOTAL</b>	<b>36.178.365,15</b>	<b>29.247.000,43</b>	<b>-19,16%</b>

Considerando o Orçamento de receita, verifica-se que o montante 18.263.909,00 € corresponde à fonte de financiamento (FF) 311 – Dotação do Estado – e representa 62,45 % da receita, enquanto a importância de 5.818.119,11 € teve origem na FF 510 – Receita Própria – representando 19,89% deste orçamento.

Destaca-se ainda o saldo de receita própria transitado do ano anterior no valor de 1.435.201,07 € e o saldo do OE transitado 1.309.400,68 € representando 4,91% e 4,48% respetivamente

Por fim, a receita cobrada proveniente do Financiamento da UE (projetos), nas suas várias fontes (FSE, FEDER, FEOGA, outros) ascende a 1.966.694,13 € o que representa 6,72 % da receita cobrada.

O peso de cada fonte de financiamento, na receita de 2012, pode ser observado no quadro seguinte, onde as Dotações do OE correspondem, no seu total, a 68,47% do total das receitas cobradas, seguindo-se as Receitas Próprias com 24,81% do total das receitas cobradas.

<b>Total de Receita por Fonte de Financiamento</b>			
<b>Tipo / Origem</b>	<b>FF</b>	<b>Receita Cobrada</b>	<b>%</b>
O.E. Receitas Gerais	311	18.263.909,00	62,45
	313	392.885,48	1,34
	314	58.135,96	0,20
	319	1.309.400,68	4,48
Financiamento UE - Projectos	411	117.857,34	0,40
	412	454.004,94	1,55
	416	317.178,39	1,08
	441	5.957,19	0,02
	442	201.406,13	0,69
	451	286,34	0,00
	48	870.003,80	2,97
Receitas Próprias	51	5.818.119,11	19,89
	52	1.435.201,07	4,91
	54	2.655,00	0,01
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>29.247.000,43</b>	<b>100,00</b>

Relativamente à classificação económica da receita verifica-se que 69,92 % das receitas são transferências correntes efetuadas, 15,43 % das receitas são relativas a taxas, multas e penalidades (incluem-se aqui as propinas), 10,03 % são receitas provenientes de todos os saldos transitados do ano anterior.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo da distribuição da receita cobrada em 2012, por classificação económica:

<b>Total de Receita por Classificação Económica</b>			
<b>Designação</b>	<b>C.Econ</b>	<b>Receita Cobrada</b>	<b>%</b>
Taxas, multas e penalidades	04	4.512.219,04	15,43
Rendimentos da propriedade	05	556,11	0,00
Transferências Correntes	06	20.450.916,88	69,92
Vendas Bens e Serviços	07	1.201.774,63	4,11
Outras Receitas Correntes	08	13.107,50	0,04
Transferências de Capital	10	126.710,28	0,43
Reposições não abatidas	15	6.997,63	0,02
Saldos da gerência anterior	16	2.934.718,36	10,03
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>29.247.000,43</b>	<b>100,00</b>

## DESPESA

No que concerne à execução da despesa, constata-se que os pagamentos realizados pela FCUL ascenderam a 26.742.481,88 €, a que corresponde um grau de execução de 87,04 % face à dotação corrigida, conforme podemos observar no quadro seguinte, com a respetiva distribuição por fontes de financiamento.

<b>Despesa por Fonte de Financiamento em 2012</b>			
<b>Fonte de Financiamento / Actividade</b>	<b>Dotação Corrigida</b>	<b>Despesas Pagas</b>	<b>Grau Execução</b>
<b>Orçamento de Funcionamento (1)</b>			
<b>Dotação OE</b>			
311 - RG não afectas a proj. cofinanciados	18.263.909,00	18.262.063,76	99,99%
314 - Saldos de RG afectas a proj. cofinanciados	58.135,96	16.322,83	28,08%
319 - Transferências de RG entre organismos	1.385.417,82	744.963,15	53,77%
<i>Sub-Total Dotação OE</i>	<i>19.707.462,78</i>	<i>19.023.349,74</i>	<i>96,53%</i>
<b>Financiamento da UE</b>			
411 - FEDER QCAIII	117.857,34	3.911,96	3,32%
412 - FEDER POFC	454.004,94	152.220,18	33,53%
416 - FEDER POR Lisboa	263.401,04	30.925,52	11,74%
451 - FEOGA	286,34	286,34	100,00%
48 - Outros	870.003,80	144.649,01	16,63%
<i>Sub-Total Financiamento da UE</i>	<i>1.705.553,46</i>	<i>331.993,01</i>	<i>19,47%</i>
<b>Receita Própria</b>			
51 - Receita Própria do ano	9.306.986,00	7.387.139,13	79,37%
54 - Transferências de RP entre organismos	2.655,00	0,00	0,00%
<i>Sub-Total Receita Própria</i>	<i>9.309.641,00</i>	<i>7.387.139,13</i>	<i>79,35%</i>
<b>Total Orçamento de Funcionamento</b>	<b>30.722.657,24</b>	<b>26.742.481,88</b>	<b>87,04%</b>
<b>Orçamento de Investimento - PIDDAC (2)</b>			
<b>Dotação OE</b>			
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	0,00	0,00	-
<b>Total Orçamento de Investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b>30.722.657,24</b>	<b>26.742.481,88</b>	<b>87,04%</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b>30.722.657,24</b>	<b>26.742.481,88</b>	<b>87,04%</b>

Considerando a despesa relativa ao orçamento de funcionamento observa-se que, relativamente às dotações de OE, as despesas pagas através das fontes de financiamento de OE (311, 314, 319) ascendem a 19.023.349,74 €.

No que respeita a despesas pagas por Financiamento da EU (411, 412, 441, 442, 451 e 48), foi contabilizado a importância de 331.993,01 €.

No que corresponde a despesa paga por Receita Própria (51) foi registado o valor de 7.387.139,13 €, dos quais 3.754.260,75 € relativos a despesas de pessoal; 2.816.304,29 € correspondentes a despesas de aquisição de bens e serviços; 443.037,01 € referentes a transferências correntes; 217.698,21 € relativos a aquisições de bens de capital. O valor restante, ou seja, 155.838,87 € refere-se a juros e outras despesas correntes.

O PIDDAC, no ano 2012, não registou execução financeira.

Quanto à classificação económica da despesa, verifica-se que 82,58 % são despesas de pessoal correspondendo a um encargo total de 22.084.140,50 €, seguindo-se as Aquisições de bens e serviços que representam 12,19 % das despesas totais, no montante de 3.259.473,09 €. Segue-se o quadro relativo à distribuição total da despesa por todas as classificações económicas.

<b>Total de Despesa por Classificação Económica</b>			
<b>Tipo</b>	<b>CE</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>%</b>
Pessoal	01	22.084.140,50	82,58
Bens e Serviços	02	3.259.473,09	12,19
Juros	03	392,29	0,00
Transf. Correntes	04	779.492,54	2,91
Outras Desp. Correntes	06	156.897,94	0,59
Bens de Capital	07	462.085,52	1,73
<b>TOTAL DE DESPESA</b>		<b>26.742.481,88</b>	<b>100,00</b>

As despesas de pessoal merecem ser analisadas, por fonte de financiamento e por subagrupamento de classificação económica, conforme quadro infra. Da análise verifica-se que, em primeiro lugar, as despesas de pessoal são financiadas em 82,69% pelo OE e em 17,31% por Receitas Próprias. Por outro lado, constata-se que 84,29% das despesas dizem respeito a Remunerações Certas e Permanentes, 1% diz respeito a Abonos variáveis e permanentes e que 15.71% referem-se a encargos com a Segurança social.

<b>Despesas de Pessoal (por fonte de financiamento)</b>	
311 - RG não afectas a proj. cofinanciados	18.262.063,76
319 - Transferências de RG entre organismos	45.040,50
412 - FEDER	3.074,55
48 - Outros	19.700,94
51 - Receita Própria do ano	3.754.260,75
<b>Total €</b>	<b>22.084.140,50</b>
<b>Despesas de Pessoal (por subagrupamento de despesa)</b>	
Remunerações Certas e Permanentes	18.616.166,30
Abonos Variáveis ou eventuais	237.406,67
Encargos com a Segurança Social	3.230.567,53
<b>Total €</b>	<b>22.084.140,50</b>

### SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Conclui-se assim que, em termos de execução orçamental a receita cobrada no ano 2012, foi de 29.247.000,43 €, a qual inclui os saldos da gerência anterior, e a Despesa paga ascendeu a 26.742.481,88 €.

O Saldo para a gerência seguinte (2013) é de 2.504,518,55 €.

Nos últimos anos tem-se verificado uma diminuição do saldo de gerência, justificado pela necessidade de efetuar pagamentos à Caixa Geral de Aposentações sem a necessária contrapartida do OE.

<b>Evolução dos Saldos de Gerência</b>	
2010	3.790.255,90
2011	2.934.718,36
2012	2.504.518,55

DAS CONTAS POCE	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2012			2011
		AB	AP	AL	AL
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
	<b>Bens de domínio:</b>				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens do domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas de Instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	7.544,60		7.544,60	7.544,60
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		<b>7.544,60</b>		<b>7.544,60</b>	<b>7.544,60</b>
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	1.442.665,66		1.442.665,66	1.442.665,66
422	Edifícios e outras construções	46.075.322,30	7.594.931,06	38.480.391,24	38.247.613,83
423	Equipamento básico	13.980.052,53	9.829.836,61	4.150.215,92	4.815.854,00
424	Equipamento de transporte	63.752,18	56.986,59	6.765,59	13.118,31
425	Ferramentas e utensílios	98.760,30	87.439,08	11.321,22	11.048,38
426	Equipamento administrativo	6.635.391,82	6.456.418,32	178.973,50	211.101,03
427	Taras e vasilhames				
429	Outras imobilizações corpóreas	137.017,94	128.707,15	8.310,79	6.383,24
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		<b>68.432.962,73</b>	<b>24.154.318,81</b>	<b>44.278.643,92</b>	<b>44.747.784,45</b>
	<b>Investimentos financeiros:</b>				
411	Partes de capital	388.145,19		388.145,19	388.145,19
412	Obrigações e títulos de participação	87.500,00		87.500,00	87.500,00
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		<b>475.645,19</b>		<b>475.645,19</b>	<b>475.645,19</b>
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	<b>Existências:</b>				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</b>				
264+2812+2822	Devedores e credores de entidades/subentidades do grupo	635.774,73	64.175,64	571.599,09	657.265,08
		<b>635.774,73</b>	<b>64.175,64</b>	<b>571.599,09</b>	<b>657.265,08</b>
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	775.916,99		775.916,99	476.490,85
212	Alunos, c/c	3.112.202,20		3.112.202,20	2.469.104,66
213	Utentes, c/c				
214	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber				
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	1.987.602,23	1.987.602,23		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	904,58		904,58	5.031,12
26	Outros devedores	2.073.442,20		2.073.442,20	2.543.896,15
		<b>7.950.068,20</b>	<b>1.987.602,23</b>	<b>5.962.465,97</b>	<b>5.494.522,78</b>
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>				
13	Conta no Tesouro	2.063.940,70		2.063.940,70	2.957.073,26
12	Depósitos em instituições financeiras	434.016,69		434.016,69	722.882,88
11	Caixa	2.599,04		2.599,04	2.498,10
		<b>2.500.556,43</b>		<b>2.500.556,43</b>	<b>3.682.454,24</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
271	Acréscimos e proveitos	30.786,32		30.786,32	52.194,90
272	Custos diferidos	42.118,04		42.118,04	74.741,72
		<b>72.904,36</b>		<b>72.904,36</b>	<b>126.936,62</b>
	<b>Total de amortizações</b>		<b>24.154.318,81</b>		
	<b>Total de provisões</b>		<b>2.051.777,87</b>		
	<b>Total do activo</b>	<b>80.075.456,24</b>	<b>26.206.096,68</b>	<b>53.869.359,56</b>	<b>55.192.152,96</b>

Modelo de acordo com a Instrução n.º 1/2004 do Tribunal de Contas

**BALANÇO**

DEZEMBRO 2012

EXERCÍCIO

2012

CÓDIGO DAS CONTAS POCE	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2012	2011
	<b>FUNDOS PRÓPRIOS:</b>		
51	Património	37.788.501,45	37.788.501,45
55	Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	38.411,87	38.411,87
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	84.102,87	2.686,06
59	Resultados transitados	-5.299.434,06	-8.660.041,31
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-637.899,82</b>	<b>3.275.748,35</b>
		<b>31.973.682,31</b>	<b>32.445.306,42</b>
	<b>PASSIVO:</b>		
29	<b>Provisões para riscos e encargos</b>		
	<b>Dívidas a terceiros- Médio e longo prazo</b>		
2312+2322	Empréstimos obtidos		
	<b>Dívidas a terceiros- Curto prazo</b>		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada		
23112+23212+12	Empréstimos por dívida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas	34.271,81	34.271,81
221	Fornecedores, c/c	16.832,77	26.302,81
228	Fornecedores- Facturas em recepção e conferência		
223			
2612	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		70.066,77
24	Estado e outros entes públicos	130.387,42	78.837,99
26	Outros credores	419.544,67	437.071,07
		<b>601.036,67</b>	<b>646.550,45</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de custos	1.983.998,04	1.889.573,90
274	Proveitos diferidos	19.310.642,54	20.210.722,19
		<b>21.294.640,58</b>	<b>22.100.296,09</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>53.869.359,56</b>	<b>55.192.152,96</b>

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMÁTICA SIAG

**Abreviaturas:**

AB = Activo bruto.

AP = Amortizações e provisões acumuladas.

AL = Activo líquido.

3

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

POCE

DEZEMBRO 2012

EXERCÍCIO  
2012

DAS CONTAS POCE		EXERCÍCIOS			
		2012		2011	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos de serviços externos	3.090.651,28		3.574.423,59	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	18.885.644,04		21.366.397,91	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	38.422,67		86.172,03	
	Outros	3.275.339,57	25.290.057,56	3.664.336,24	28.691.329,77
63	Transferências correntes concedidas e prestações	784.625,35		532.183,63	
66	Amortizações do exercício	1.629.507,88		1.859.945,28	
67	Provisões do exercício	228.125,77	2.642.259,00	318.555,33	2.710.684,24
65	Outros custos e perdas operacionais	65.352,80	65.352,80	19.197,93	19.197,93
	(A)....		27.997.669,36		31.421.211,94
68	Custos e perdas financeiras		5.547,51		5.923,17
	(C)....		28.003.216,87		31.427.135,11
69	Custos e perdas extraordinários		250.790,14		454.016,48
	(E)....		28.254.007,01		31.881.151,59
88	Resultado líquido do exercício		-637.899,82		3.275.748,35
			27.616.107,19		35.156.899,94
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	135.713,92		121.782,90	
	Vendas de produtos				
	Prestações de serviços	406.865,21	542.579,13	394.303,74	516.086,64
72	Impostos e taxas	5.148.567,87		4.937.169,33	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	719.226,96		710.150,45	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	18.263.909,00		24.701.427,00	
742+743	Outras	755.637,87		1.166.854,27	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6.997,63	24.894.339,33	70,19	31.515.671,24
	(B)....		25.436.918,46		32.031.757,88
78	Proveitos e ganhos financeiros		577,87		5.286,44
	(D)....		25.437.496,33		32.037.044,32
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.178.610,86		3.119.855,62
	(F)....		27.616.107,19		35.156.899,94
	<b>Resumo</b>				
	Resultados Operacionais: (B)-(A)		-2.560.750,90		610.545,94
	Resultados Financeiros: (D)-(C-A)		-4.969,64		-636,73
	Resultados Correntes: (D)-(C)		-2.565.720,54		609.909,21
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		-637.899,82		3.275.748,35

## 4 – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

### FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 2012/01/01 A 2012/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

CÓDIGO CAP <sup>0</sup>   SGP <sup>0</sup>   ART <sup>0</sup>	RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
	AGR <sup>0</sup>   SAGR <sup>0</sup>   RUB <sup>0</sup>	CÓDIGO	AGR <sup>0</sup>   SAGR <sup>0</sup>   RUB <sup>0</sup>	CÓDIGO
Saldo da gestão anterior:				
Execução orçamental - Fundos próprios:				
De dotações orçamentais (OE)				
De receitas próprias:				
Na posse do serviço	2.334.713,36	01 01 03	6.736.062,41	
Na posse do Tesouro	2.334.713,36	01 01 04	60.574,82	
De receita do Estado - Fundos próprios		01 01 05	9.990.531,79	
De operações de tesouraria - Fundos próprios	5.221,21	01 01 08	38.422,67	
De operações de tesouraria - Fundos próprios	742.514,67	01 01 09	35.173,68	
Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro:		01 01 11	19.234,28	
De receita do Estado		01 01 13	457.664,99	
De operações de tesouraria		01 01 14	39.396,32	
		01 01 15	43.744,68	
I - Total do saldo da gestão na posse do serviço	3.632.454,24	01 02 02	1.078,67	
		01 02 05	2.006,26	
		01 02 13	43,21	
		01 02 14	4.600,51	
		01 03 01	411.196,49	
		01 03 03	7.578,78	
		01 03 04	2.334,88	
		01 03 05	362.892,03	
		01 03 10	39.326,99	
			18.263.909,00	
			18.263.909,00	
			18.262.063,76	

(Assinaturas)

**FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO DE 2012/01/01 A 2012/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		CÓDIGO		PAGAMENTOS	
CAPT	GRPO	ARTO		AGR	SAGR	RUB	
			Extra-organismais:				Capital:
			Orçamento de Estado				Orçamento de Estado
			Recetas próprias:				Extra-organismais:
			Correntes:				Orçamento de Estado
			Recetas Próprias				I - Total da despesa por C/OE
04	01	22	Propinas	4.239.812,58			
04	01	99	Taxas diversas	220.481,96			
04	02	99	Multas e penalidades diversas	1.323,60			
05	02	01	Bancos e outras instituições financeiras	555,11			
06	01	02	Privadas	75.964,20			
06	03	07	Serviços e Fundos Autónomos	1.185.345,40			
06	03	11	SFA - Participação comunitária em projectos cofinanciados	504.031,56	01	03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública
06	07	01	Instituições s/ fins lucrativos	7.500,00	01	06	Pessoal além dos quadros
06	09	04	União Europeia - Países membros	345.461,72	01	06	Pessoal contratado a termo
06	09	05	Países terceiros e organizações internacionais	63.655,00	01	07	Pessoal em regime de tarefa ou avença
07	01	02	Livros e documentação técnica	2.070,90	01	09	Pessoal em qualquer outra situação
07	01	03	Publicações e impressos	94.007,26	01	13	Subsídio de refeição
07	01	99	Outros	33.893,50	01	14	Subsídio de férias e de natal
07	02	01	Aluguer de espaços e equipamentos	372.355,99	01	02	Horas extraordinárias
07	02	02	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	331.712,76	01	04	Ajuda de custo
07	02	05	Actividades de saúde	3.345,50	01	07	Colaboração técnica e especializada
07	02	99	Outros	256.256,36	01	12	Indemnizações por cessação de funções
					01	03	Encargos com a saúde
							18.262.063,76

(Assinaturas)



**FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO DE 2012/01/01 A 2012/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
CAP <sup>1</sup>	GRP <sup>2</sup> / ART <sup>3</sup>	AGR <sup>4</sup>	SAGR <sup>5</sup> RUB <sup>6</sup>	AGR <sup>4</sup>	SAGR <sup>5</sup> RUB <sup>6</sup>
	Receita do Estado		4.680.071,72		
	Operações de tesouraria		4.889.437,26		
		02		02	15
					Formação
		02		02	16
					Seminários exposições e similares
		02		02	17
					Publicidade
		02		02	18
					Vigilância e segurança
		02		02	19
					Assistência técnica
		02		02	20
					Outros trabalhos especializados
		02		02	22
					Serviços de saúde
		02		02	25
					Outros serviços
		03		05	02
					Outros
		04		03	05
					Serviços e Fundos Autónomos
		04		07	01
					Instituições s/líne lucrativas
		04		08	02
					Outras
		06		02	01
					Impostos e taxas
		06		02	03
					Outras
					Capital:
					Receitas Próprias
		07		01	03
					Edifícios
		07		01	04
					Construções diversas
		07		01	07
					Equipamento de informática
		07		01	08
					Software informático
		07		01	09
					Equipamento administrativo
		07		01	10
					Equipamento básico
					8.018.322,60

(Assinaturas)

**FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO DE 2012/01/01 A 2012/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS					
CAP	GRP	ART		AGR	SAGR	RUB			
				07	01	11	Feramentas e utensílios	6.328,46	
				07	01	12	Artigos e objectos de valor	5.166,00	
							Extrínsecas:		
							Receitas Próprias		462.085,52
							II - Total da despesa por cr. receitas próprias		8.480.418,12
							Total da despesa do exercício (I + II)		26.742.481,88
							III - Total da entrega ao Tesouro em cr. receita própria		
							Total de pagamentos do exercício (I + II + III)		26.742.481,88
							Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades - Fundos alheios:		
							Receita do Estado	4.335.398,16	
							Operações de tesouraria	4.753.714,12	
							Descontos em vencimentos e salários:		
							Rendimentos na fonte e considerados pagos:		
							Receita do Estado	4.660.077,72	
							Operações de tesouraria	4.359.437,35	
							V - Total da despesa de fundos alheios		9.019.515,07
							Saldo para a gestão seguinte:		9.594.112,27

(Assinaturas)



## 5 - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO, MÉDIO E LONGO PRAZO, DE E A TERCEIROS, NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

<b>Cientes c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Cientes	775.916,99	476.490,85	213.319,70
	<u>775.916,99</u>	<u>476.490,85</u>	<u>213.319,70</u>
<b>Alunos c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Alunos	3.112.202,20	2.469.104,66	2.519.276,12
	<u>3.112.202,20</u>	<u>2.469.104,66</u>	<u>2.519.276,12</u>
<b>Outros devedores</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Remunerações pessoal - vencimentos	2.725,61	2.725,61	-
Descontos para outras entidades	-	656,28	-
Devedores de subentidades - <b>M/L prazo</b>	635.774,73	657.265,08	685.918,90
Devedores - Projectos	2.003.578,66	2.485.211,34	-
Outros devedores diversos	67.137,93	55.302,91	148.880,83
	<u>2.709.216,93</u>	<u>3.201.161,22</u>	<u>834.799,73</u>
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Fornecedores	16.832,77	26.302,81	170.233,81
	<u>16.832,77</u>	<u>26.302,81</u>	<u>170.233,81</u>
<b>Fornecedores de Imobilizado c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Fornecedores de Imobilizado c/c	-	70.066,77	124.475,53
<b>Outros credores</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Credores de subentidades	392.028,90	394.026,39	85.000,00
Alunos - bolsas	1.740,00	1.321,00	5.016,94
Consultores, assessores, intermediários	-	5.097,00	3.600,00
Credores por atribuição de transferências e subsídios	-	-	-
Cauções de fornecedores	4.042,39	5.133,45	66.780,13
Outros credores diversos	21.733,38	31.493,23	1.674.654,69
	<u>419.544,67</u>	<u>437.071,07</u>	<u>1.835.051,76</u>
<b>Adiantamentos por conta de vendas</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>	<b>Valor a 31.12.2011</b>	<b>Valor a 31.12.2010</b>
Adiantamentos por conta de vendas	34.271,81	34.271,81	34.271,81
	<u>34.271,81</u>	<u>34.271,81</u>	<u>34.271,81</u>

Alunos - O aumento das dívidas de alunos deve-se essencialmente ao alargamento do prazo de pagamento da 2ª prestação de propinas do ano letivo 2012/2013, tendo passado de dezembro para janeiro de 2013.

Devedores- Projetos - Durante o ano de 2011 a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, reviu a execução financeira e económica dos projetos financiados por entidades públicas, bem como alterou o procedimento de contabilização dos mesmos.

Devedores de subentidades - M/L prazo - nesta rubrica encontram-se registados 85% da dívida do ICAT à FCUL, de acordo com o plano de insolvência aprovado em Assembleia de Credores. De acordo com o referido Plano, o reembolso

ocorrerá por um período de 8 anos com os dois primeiros anos de carência, a contar da data de aprovação do Plano de Insolvência em Diário da República: 25 de março de 2009.

Credores de Subentidades – Valor referente a 5% da propina mínima a pagar pelas Unidade Orgânicas (UOs) à Reitoria (RUL), para desenvolvimento de recursos e infra-estruturas que sirvam os interesses comuns da UL, no âmbito da deliberação do Senado de 25.05.1995. Esta deliberação foi suspensa pelo despacho Reitoral (R/59/2011), ficando o valor em dívida.

## 6 - FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO

No dia 5 de abril, foi conhecido o acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional que considera inconstitucional o artigo 29º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012 (Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2013) pondo em causa a suspensão do subsídio de férias em 2013. Contudo, é entendimento do Conselho de Gestão que o Governo terá ainda de retificar a Lei do Orçamento para o ano de 2013 para a conformar com a decisão do Tribunal Constitucional. Sem essa retificação da Lei do Orçamento para 2013 e do próprio Orçamento do Estado não se sabe em concreto qual o impacto financeiro desta decisão nas contas do exercício de 2012.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### 8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

#### 8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

**Designação:** FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

**NIF:** 502 618 418

**Sede:** Campo Grande, Edifício C5, 1749 -016 Lisboa

**Atividade principal:** Ensino Superior (CAE: 85420)

**Classificação Orgânica:**

**Tutela:** Ministério da Educação e Ciência

**Regime Financeiro:** Autonomia Administrativa e Financeira

A FACULDADE DE CIÊNCIAS é uma das unidades orgânicas da Universidade de Lisboa e está englobada na área de *Ciências e Tecnologia*, um dos cinco ramos estratégicos em que se encontra organizada aquela Universidade.

#### 8.1.2 LEGISLAÇÃO

A FACULDADE DE CIÊNCIAS (FCUL) foi constituída no ano de 1911, instruída por decreto de 19 de Abril, tendo os seus estatutos sido aprovados por Despacho de 6 de Julho de 1991 do Reitor da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República 2ª série, de 9 de Julho de 1991.

No ano de 2005, após aprovação em Comissão Coordenadora do Senado da Universidade de Lisboa, foi publicada a alteração aos estatutos da Faculdade de Ciências, conforme Despacho n.º 14031/2005 (2ª série), Diário da República n.º 120, II Série, de 24 de Junho de 2005, com a retificação publicada no Diário da República (2ª série) de 29 de Julho de 2005, e pelo despacho n.º 4383/2006, publicado no Diário da República (2ª série) de 23 de Fevereiro de 2006. Em 2007, após aprovação em Comissão Coordenadora do Senado da Universidade de Lisboa, foi publicada a alteração aos estatutos da Faculdade de Ciências, conforme Despacho n.º 16776/2007 de 31 de Julho de 2007.

A alteração efetuada em 2005 extingue a Divisão Financeira e Patrimonial e cria em seu lugar a Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, estruturada em duas divisões: Divisão de Gestão Financeira e Divisão de Gestão Patrimonial, de Contratos e de Projetos. A composição do Conselho Administrativo é também alterada, sendo o Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial substituído pelo Diretor de Serviços Financeiros e Patrimoniais.

A Faculdade rege-se pelo disposto nos seus estatutos e na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e legislação complementar. Em 6 de fevereiro de 2009, são publicados os atuais Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa após a devida homologação pelo Senhor Reitor exarada em Despacho de 4642/2009, de 30 de Janeiro do corrente ano. Em 2 Junho de 2009, tomaram posse os novos órgãos da Faculdade, incluindo o Diretor. O Conselho de Gestão é o órgão de gestão administrativa e financeira da Faculdade tendo iniciado funções em 17 de junho de 2009.

A 10 de Dezembro de 2010 é publicada a Deliberação n.º 2292/2010 que aprova o Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

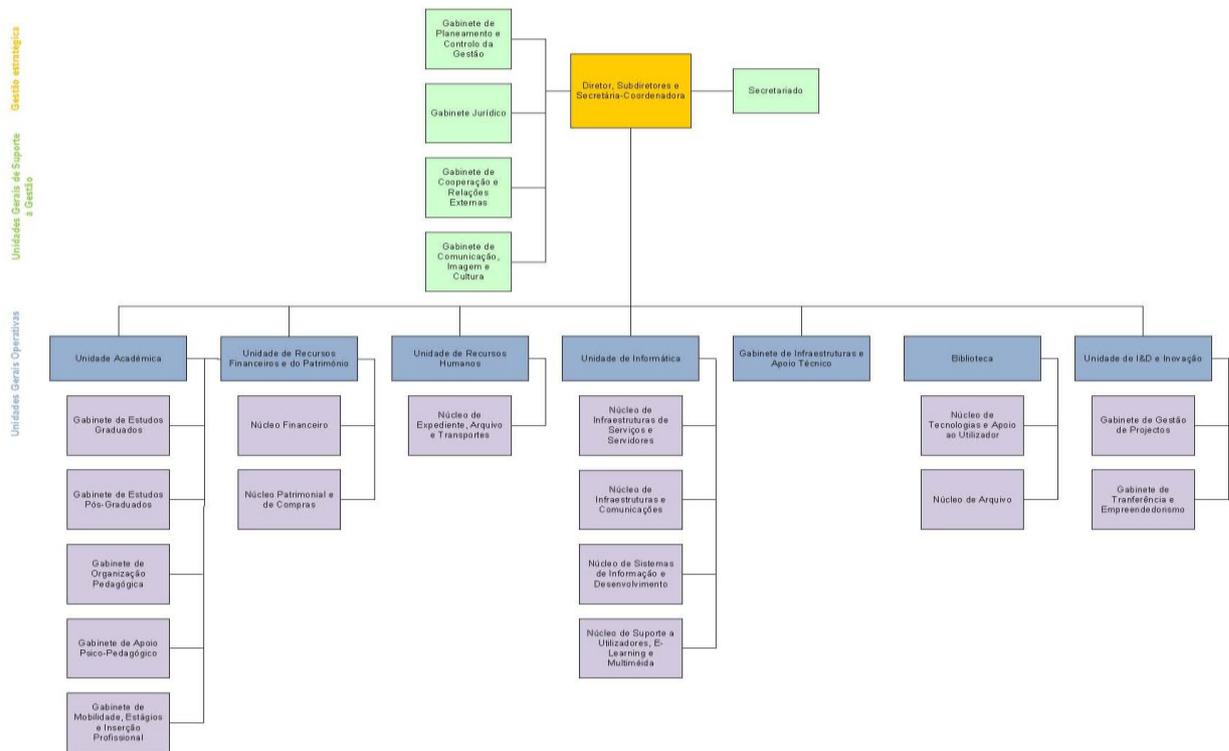
A FCUL é uma pessoa coletiva de direito público, está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e é dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira, nos termos da Lei da Autonomia das Universidades e dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

A FCUL pode constituir ou participar na constituição de outras pessoas coletivas de direito privado, mediante autorização prévia do Conselho Geral da Universidade de Lisboa. As entidades privadas podem ter a natureza de associações, fundações ou sociedades e destinam-se a coadjuvar a FCUL no cumprimento dos seus fins.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, a FCUL rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

### 8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A 31 de dezembro de 2012, o organograma da FCUL era o seguinte:



A gestão da Faculdade é tutelada pelos seus órgãos de governo e coordenação.

O governo da faculdade é exercido pelos seguintes órgãos:

Em exercício de funções até 31 de dezembro de 2012

- Assembleia da Faculdade;
  - Diretor;
  - Conselho Coordenador;
  - Conselho de Gestão.
- ✓ A coordenação das atividades científica e pedagógica é exercida, respetivamente, pelos seguintes órgãos:
- O Conselho Científico;

- b) O Conselho Pedagógico.
- ✓ Os departamentos da Faculdade são os seguintes:
  - a) Biologia Animal;
  - b) Biologia Vegetal;
  - c) Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia;
  - d) Estatística e Investigação Operacional;
  - e) Física;
  - f) Geologia;
  - g) Informática;
  - h) Matemática;
  - i) Química e Bioquímica;
  - j) Secção Autónoma História e Filosofia das Ciências.

O Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências, aprovado pela Deliberação nº 2292/2010, assenta numa estrutura organizativa das suas **Unidades de Serviço**, constituídas por:

- Unidades de Serviço Gerais - comuns a toda a Faculdade, subdividindo-se consoante a natureza das funções, em:

- ✓ Unidades Gerais de Suporte à Gestão:
  - a) Planeamento e Controlo da Gestão;
  - b) Apoio Jurídico;
  - c) Cooperação e Relações Externas;
  - d) Comunicação e Imagem.
- ✓ Unidades Gerais Operativas:
  - a) Unidade de Recursos Financeiros e do Património;
    - i) Gestão Financeira;
    - ii) Gestão Patrimonial e de Compras;
  - b) Unidade Académica;
  - c) Unidade de Recursos Humanos;
  - d) Unidade de Informática;
  - e) Unidade de Infra-estruturas;
  - f) Unidade de Informação e Documentação;
  - g) Unidade de I&D e Inovação.

- Unidades de Apoio nas subunidades orgânicas - visam o apoio logístico técnico e administrativo nas seguintes áreas:

- a) Secretariado da Presidência;
- b) Apoio laboratorial;
- c) Apoio técnico-administrativo;

- Outras Estruturas de Projeto - Unidade de Serviço com duração limitada destinada ao apoio de novas atividades.

O Observatório Astronómico de Lisboa, criado pela Carta de Lei de 6 de Maio de 1878, é um organismo de investigação, ensino e extensão cultural integrado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

#### 8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A Faculdade prossegue os seus fins, no quadro da missão da Universidade de Lisboa, visando:

- a) A formação humana, cultural, científica e técnica de todos os seus membros;
- b) A realização da investigação fundamental e aplicada nos domínios científicos das ciências exatas, naturais e da educação;
- c) A prestação de serviços à comunidade;
- d) O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições nacionais e estrangeiras que visem objetivos semelhantes;
- e) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre todos os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e os países europeus.

No âmbito dos domínios científicos em que desenvolve atividades de ensino e investigação, a Faculdade propõe à Universidade de Lisboa a concessão de equivalências de graus de licenciado, mestre e doutor e o título de agregado bem como a concessão e o reconhecimento de equivalência aos graus de mestre e de doutor, nos termos da lei.

A Faculdade pode ainda propor aos órgãos de governo da Universidade de Lisboa a concessão do título honorífico de Doutor Honoris Causa, nos termos definidos na lei e nos Estatutos da Universidade.

#### 8.1.5 RECURSOS HUMANOS

Os responsáveis pelos órgãos de governo da FCUL a 31 de dezembro de 2012 são:

##### *ASSEMBLEIA DA FACULDADE*

###### *Presidente:*

Professora Doutora Maria Helena Ferreira da Silva Florêncio

###### *Membros:*

Constituída por 10 docentes e investigadores, 3 estudantes e 2 de pessoal não docente e não investigador

##### *DIRETOR*

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

*CONSELHO COORDENADOR*

*Diretor:*

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

*Subdiretores:*

Doutor António Carlos de Sá Fonseca

Professor Doutor Rui Manuel dos Santos Malhó

Doutor José Manuel N. V. Rebordão

Professora Doutora Maria Fernanda Adão dos Santos Fernandes de Oliveira

*Presidentes dos Departamentos:*

Biologia Animal - Professora Doutora Manuela Coelho

Biologia Vegetal - Professor Doutor Manuel Carmo Gomes

Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia – Professor Doutor Pedro Miranda

Estatística e Investigação Operacional - Professor Doutor Luis Eduardo Neves Gouveia

Física - Professor Doutor António Amorim

Geologia - Professor Doutor César Augusto Canelhas Freire de Andrade

Informática - Professor Doutor Luis Miguel Parreira e Correia

Matemática - Professor Doutor Fernando Abel da Conceição Silva

Química e Bioquímica - Professora Doutora Ana Maria Jarra Ponces da Costa Freire

Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências – Professora Doutora Ana Simões

*SECRETÁRIA-COORDENADORA*

Dra. Ana Bela Franco de Carvalho Rocha

*CONSELHO DE GESTÃO*

*Diretor:*

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

*Secretária-Coordenadora:*

Dra. Ana Bela Franco de Carvalho Rocha

*Vogal:*

Dr. Jorge Manuel Duque Lobato

*CONSELHO CIENTÍFICO*

*Presidente:*

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

*Membros:*

Constituído pelo Diretor que preside e 24 professores e investigadores

*CONSELHO PEDAGÓGICO*

*Presidente:*

Professor Doutor Luís Filipe Lopes Bento

*Membros:*

Constituída por 6 docentes e por 6 estudantes da Faculdade

**EFETIVOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Os efetivos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa distribuem-se por três corpos distintos de pessoal: o corpo docente, não docente e de investigadores. O número total de efetivos em 31 de dezembro de 2012 é de 572, distribuídos da seguinte forma:

**PESSOAL DOCENTE**

POR UNIDADE DE SERVIÇO/DEPARTAMENTO/CATEGORIA:

Unidades de Serviço/ Departamento	Categorias										TOTAL	
	P. Catedrático	P. Catedrático Convidado	P. Associado	P. Associado Convidado	P. Auxiliar	P. Auxiliar Convidado	Assistente	Assistente Convidado	Assistente Estagiário	Monitor		Outros
Direção								1				1
Departamento de Biologia Animal	2		3		27	1						33
Departamento de Biologia Vegetal	3		5		26	1						35
Departamento de Estatística e Inv. Operacional	5		6	1	18	5		3		3		41
Departamento de Física	5		8		16	8				2		39
Departamento de Geologia	3		3		24	6		2				38
Departamento de Informática	4		4		29	9				6		52
Departamento de Matemática	11		9		28	4		1		10		63
Departamento de Química e Bioquímica	5		5	1	36	1						48
Departamento Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia			4	5	16	11				2		38
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências				1	5							6
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>47</b>	<b>8</b>	<b>225</b>	<b>46</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>394</b>

POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO:

Relação jurídica de emprego	Categorias										TOTAL	
	P. Catedrático	P. Catedrático Convidado	P. Associado	P. Associado Convidado	P. Auxiliar	P. Auxiliar Convidado	Assistente	Assistente Convidado	Assistente Estagiário	Monitor		Outros
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	38		47		225							310
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo				8		46		7		23		84
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto												0
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR												0
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>47</b>	<b>8</b>	<b>225</b>	<b>46</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>394</b>

**PESSOAL DE INVESTIGAÇÃO**

POR UNIDADE DE SERVIÇO/DEPARTAMENTO/CATEGORIA:

Unidades de Serviço / Departamentos	Categorias							TOTAL
	Investigador Coordenador	Investigador Coordenador Conv.	Investigador Principal	Investigador Auxiliar	Investigador Auxiliar Conv.	Assistente	Estagiário	
<b>Complexo II</b>				3				<b>3</b>
<b>Departamento Geologia</b>				1				<b>1</b>
<b>Departamento de Biologia Animal</b>								<b>0</b>
<b>Departamento de Biologia Vegetal</b>								<b>0</b>
<b>Departamento Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia</b>								<b>0</b>
<b>Departamento de Química e Bioquímica</b>				4	1			<b>5</b>
<b>Laboratório de Ótica, Lasers e Sistemas</b>	2		1	6	1			<b>10</b>
<b>Observatório Astronómico de Lisboa</b>				1				<b>1</b>
<b>Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências</b>				1	2			<b>3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>

POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO:

Relação jurídica de emprego	Categorias							TOTAL
	Investigador Coordenador	Investigador Coordenador conv.	Investigador Principal	Investigador Auxiliar	Investigador auxiliar Conv.	Assistente	Estagiário	
<b>Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado</b>	2		1	16				<b>19</b>
<b>Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo</b>					4			<b>4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>

**PESSOAL NÃO DOCENTE**

POR UNIDADE DE SERVIÇO/DEPARTAMENTO/CATEGORIA:

Unidades de Serviço/ Departamentos	Categorias							TOTAL
	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	C. Avença	
Direção	1	1						2
Secretariado (Direção)					2			2
Unidade Académica	3	6			11	1		21
Unidade de I&D e Inovação		1			2			3
Unidade de Informática	3	4			3			10
Unidade de Recursos Humanos	2	3			6			11
Unidade dos Recursos Financeiros e do Património	1	11			7			19
Gabinete de Comunicação, Imagem e Cultura	1	2			1			4
Gabinete de Cooperação e Relações Externas		2						2
Gabinete de Infraestruturas e Apoio Técnico	1	1			7	10		19
Gabinete Jurídico		1						1
Núcleo de Controlo de Gestão e Sistemas de Informação		2						2
Núcleo de Planeamento, Avaliação e Gestão da Qualidade	1							1
Biblioteca		3	1		6			10
Departamento de Biologia Animal		1			3	2		6
Departamento de Biologia Vegetal		4			4	2		10
Departamento de Estatística e Inv. Operacional		2				1		3
Departamento de Física		1			4			5
Departamento de Geologia		1			1	1		3
Departamento de Informática		2			1			3
Departamento de Matemática		1			1			2
Departamento de Química e Bioquímica		1			5	1		7
Departamento de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia		1			1			2
Laboratório de Ótica Lasers e Sistemas		2			2			4
Observatório Astronómico de Lisboa						1	1	2
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências					1			1
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>53</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>68</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>155</b>

POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO:

Relação jurídica de emprego	Categorias							TOTAL
	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	C. Avença	
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	13							13
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado		47	1		67	19		134
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo		6			1			7
Prestação de serviços - Avença							1	1
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>53</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>68</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>155</b>

### 8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A Unidade de Recursos Financeiros e do Património da FCUL está organizada pelas seguintes áreas: Área de Gestão Financeira e Área de Gestão Patrimonial e de Compras.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas encontram-se arquivados por um conjunto de documentos de Despesa e Receita.

#### ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO

O arquivo de Despesa encontra-se organizado por nº de Pedido de Autorização de Pagamento (PAP), contendo cada processo os seguintes elementos:

- Pedido interno;
- Informação da cabimentação efetuada nas rubricas orçamentais;
- Documento de autorização da despesa;
- Requisição oficial/ nota de encomenda;
- Fatura ou documento legal equivalente emitido pelo terceiro;
- Documento de autorização do pagamento;
- Comprovativo do pagamento efetivo à entidade externa em causa.

O arquivo da Receita encontra-se organizado por número de receita e contém os seguintes elementos:

- Requisição de fundos;
- Fatura ou documento legal equivalente emitido pela entidade;

- Comprovativo da transferência recebida de terceiros;
- Nota de lançamento da entrada de fundos (Guia de receita).

## **SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

O ano de 2007 foi um ano de início da Aplicação SIAG – AP na Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais. Este sistema mantém-se ativo até aos dias de hoje e integra as seguintes grandes áreas relacionando-as entre si:

- Gestão Orçamental/POC - Educação, a qual integra todas as tarefas relacionadas com a contabilização de todos os factos patrimoniais na vertente orçamental e patrimonial. Inclui todo o ciclo orçamental da receita e da despesa: abertura dos orçamentos, execução e encerramento.
- Faturação de bens e serviços – Permite a emissão de faturação e respetivos recibos, sendo a sua contabilização integrada com o módulo referido em a).
- Gestão de património – Esta área permite o registo de todo o inventário do organismo, integrando o CIME, CIVE e CIIDE, e fazendo o controlo do ciclo de vida dos bens e respetivas amortizações.

Os registos contabilísticos são efetuados por centros orçamentais – Centros de Responsabilidade, que podem assumir a natureza de uma unidade orgânica ou projeto de investigação. A contabilidade encontra-se centralizada na Unidade de Recursos Financeiros e do Património.

Os registos contabilísticos dão objeto de conferências através do cruzamento de informação entre as diversas contas do POCE, visando a consolidação de informação na vertente patrimonial e orçamental.

Gestão de Pessoal e Vencimentos – Em janeiro de 2011 a FCUL abandonou o sistema de gestão de pessoal e vencimentos existente - RH + - passando a utilizar uma nova aplicação: GIAF.

Esta aplicação permite efetuar a gestão do quadro de pessoal de cada Serviço ou Organismo bem como registar e manter atualizado o cadastro de cada funcionário ou agente. Em consequência, a aplicação gera um histórico detalhado que é sucessivamente atualizado face às alterações relacionadas com cada funcionário ou agente. O módulo "Vencimentos" permite o cálculo das remunerações dos funcionários e agentes, para além do tratamento das carreiras e categorias, de acordo com o estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública, são observadas com rigor todas as regras estabelecidas para o cálculo dos abonos e dos descontos.

A Informação retirada do GIAF serve de base aos movimentos contabilísticos de processamento de vencimentos registados na aplicação SIAG-AP.

As demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa, o que acontece anualmente.

### 8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

#### **MANUAL DE PROCEDIMENTOS**

A Faculdade de Ciências dispõe de Manuais de Procedimentos relativos a:

- Procedimento de Receita de Propinas;
- Procedimento de Vendas de Bens e Serviços;
- Procedimentos de Abates;
- Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços +5000€;
- Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços -5000€;
- Procedimentos de Deslocações em Serviço;
- Procedimentos de Fundo de Maneio;
- Procedimentos de Pagamentos;
- Procedimentos de Processamento da Despesa - faturas e documentos equivalentes;
- Procedimentos de Processamento da Despesa - vencimentos, descontos e outras despesas correntes.

A Faculdade de Ciências dispõe ainda de normas de trabalho relativas a:

- Regulamento de Fundo de Maneio;
- Procedimentos para a instrução de processos de aquisição de bens e serviços;
- Aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Cobrança de receitas.

## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da FCUL mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000 de 20 de setembro.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade da FCUL ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2011 e de 2012.

### 8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

#### Bases de Apresentação

Até 31 de dezembro de 2001, a **FCUL** mantinha a sua contabilidade organizada de acordo com os princípios de apresentação aplicáveis aos organismos públicos com contabilidade orçamental, que assenta, essencialmente numa base de pagamentos e recebimentos, ou seja numa base de caixa. A **FCUL** adotou pela primeira vez o POC-Educação em 01 de janeiro de 2002. O balanço de abertura àquela data foi determinado com base nos saldos de gerência de 2001 e com os dados históricos dos bens inventariados naquela data.

As demonstrações financeiras anexas foram instruídas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da **FCUL**, as quais foram elaboradas atentos as disposições orçamentais, do POC-Educação e dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites em Portugal.

A FCUL regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual os proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que ocorre o recebimento, exceto quanto aos alunos de doutoramento, cujos proveitos são registados numa base de caixa, isto é, aquando do seu recebimento. Esta situação decorre da FCUL não conseguir dispor de informação que permita apurar quais os alunos de doutoramento devedores à FCUL por ano letivo.

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pela FCUL na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

### Imobilizações corpóreas

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível), com exceção dos Edifícios C1, C2, C3, C4 e C5 que foram objeto de registo pelo valor patrimonial inscrito na matriz pela Direção Geral de Contribuições e Impostos.

Com exceção dos terrenos e edifícios que constam do património inicial, os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto nos casos em que não tenha sido possível determinar tal custo. Nestes casos, os bens encontram-se valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000 de 20 de setembro, ponto 4.1.4 do POC – Educação, nomeadamente, pelo método de valor de mercado.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria n.º. 671/2000 de 17 de abril, e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	25 a 80
Equipamento básico	3 a 14
Equipamento de transporte	6 a 10
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

A amortização dos edifícios que foram objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores independentes.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

### **Investimentos financeiros**

Os Investimentos Financeiros em partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição.

### **Provisões para cobrança duvidosa**

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 24 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento. Relativamente às dívidas dos alunos, são também constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses. A taxa de provisão considerada é de 100%.

### **Outras provisões**

São reconhecidas provisões sempre que tal se revele necessário para cobrir o risco presente de perda futura de valor de um ativo ou seja provável ocorrer uma saída de recursos para resolução de uma questão pendente (litígio legal ou afim), desde que o montante em causa seja possível de estimar com um grau de fiabilidade razoável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### **Especialização dos exercícios**

A FCUL regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de “Acréscimos e diferimentos” incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e Prestação de serviços: o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo.

Em 2008, deu-se início ao registo dos diferimentos no âmbito das propinas dos alunos, alocando nominalmente cada propina a proveitos diferidos na proporção de 8 meses. Na Demonstração dos Resultados de 2012 encontram-se reconhecidos 8 meses relativos ao ano letivo 2011/2012 e 4 meses referentes ao ano letivo 2012/2013.

#### **Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital**

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

#### **Dívidas de terceiros**

A FCUL procede ao registo contabilístico do direito sobre aluno no ato da sua inscrição e de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os proveitos são incluídos nas demonstrações financeiras do período a que respeitam, considerando-se que o ano letivo inicia-se a 1 de Setembro.

#### **Impostos**

A FCUL encontra-se abrangida pelo estatuto de isenção fiscal em sede de Impostos sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas, decorrente das atividades de carácter de interesse público que desenvolve.

A FCUL é sujeito passivo misto em sede de imposto sobre o Valor Acrescentado, integrado no regime mensal normal, não procedendo à dedução do imposto suportado nas suas aquisições efetuadas no âmbito da sua atividade comercial.

#### **8.2.4 COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS**

Os montantes originalmente expressos em outras divisas são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que o ativo ou passivo é transacionado, ou seja, em que passa a ser considerado como pertença ou obrigação da FCUL e é, por isso, consequentemente reconhecido nas suas demonstrações financeiras.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” ou “Diferenças de câmbio favoráveis”, consoante sejam um custo ou um proveito no exercício.

## 8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi o seguinte:

Ativo bruto							
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2011	Regularizações	Aumentos	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Transf <sup>as</sup>	Saldo final 31.12.2012
<b>Bens de domínio público:</b>							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	7.544,60	-	-	-	-	-	7.544,60
	<u>7.544,60</u>	-	-	-	-	-	<u>7.544,60</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>							
Terrenos e recursos naturais	1.442.665,66	-	-	-	-	-	1.442.665,66
Edifícios e outras construções	45.211.052,81	-	122.735,42	-	741.534,07	-	46.075.322,30
Equipamento básico	13.734.933,85	-	248.319,03	(3.200,35)	-	-	13.980.052,53
Equipamento de transporte	63.752,18	-	-	-	-	-	63.752,18
Ferramentas e utensílios	92.431,85	-	6.328,45	-	-	-	98.760,30
Equipamento administrativo	7.100.335,09	-	38.849,27	(503.792,54)	-	-	6.635.391,82
Outras imobilizações corpóreas	134.007,99	-	3.009,95	-	-	-	137.017,94
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
	<u>67.779.179,43</u>	-	<u>419.242,12</u>	<u>(506.992,89)</u>	<u>741.534,07</u>	-	<u>68.432.962,73</u>
<b>Investimentos Financeiros:</b>							
Partes de capital em empresas do grupo	388.145,19	-	-	-	-	-	388.145,19
Obrigações e títulos de participação	87.500,00	-	-	-	-	-	87.500,00
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	<u>475.645,19</u>	-	-	-	-	-	<u>475.645,19</u>
	<u><b>68.262.369,22</b></u>	-	<u><b>419.242,12</b></u>	<u><b>(506.992,89)</b></u>	<u><b>741.534,07</b></u>	-	<u><b>68.916.152,52</b></u>
Amortizações Acumuladas e Provisões							
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2011	Regularizações	Reforços	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Transf <sup>as</sup>	Saldo final 31.12.2012
<b>Bens de domínio público:</b>							
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Imobilizações corpóreas:</b>							
Edifícios e outras construções	6.963.438,98	-	628.748,39	-	2.743,69	-	7.594.931,06
Equipamento básico	8.919.079,85	-	913.548,27	(2.791,51)	-	-	9.829.836,61
Equipamento de transporte	50.633,87	-	6.352,72	-	-	-	56.986,59
Ferramentas e utensílios	81.383,47	-	6.055,61	-	-	-	87.439,08
Equipamento administrativo	6.889.234,06	-	70.976,80	(503.792,54)	-	-	6.456.418,32
Outras imobilizações corpóreas	127.624,75	-	1.082,40	-	-	-	128.707,15
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
	<u>23.031.394,98</u>	-	<u>1.626.764,19</u>	<u>(506.584,05)</u>	<u>2.743,69</u>	-	<u>24.154.318,81</u>
<b>Investimentos Financeiros:</b>							
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	-	-	-	-	-	<u>-</u>
	<u><b>23.031.394,98</b></u>	-	<u><b>1.626.764,19</b></u>	<u><b>(506.584,05)</b></u>	<u><b>2.743,69</b></u>	-	<u><b>24.154.318,81</b></u>

O aumento registado na rubrica de “Edifícios e Outras construções”, nos montantes de 122.735,42 euros e 741.534,07 euros respeitam, essencialmente, a manutenção de edifícios.

O aumento registado na rubrica de “Equipamento Básico”, no montante de 248.319,03 euros respeita, essencialmente a equipamento de laboratório e equipamento informático.

A redução registada nas rubricas de “Equipamento administrativo” respeita, essencialmente a bens abatidos em estado obsoleto.

### NOTA 8.2.8 - ESPECIFICAÇÃO DE IMOBILIZADO

As demonstrações financeiras obedecem ao princípio contabilístico do custo histórico relativamente ao edifício C-6, C-7e C-8.

No que se refere aos edifícios C-1, C-2, C-3, C-4 e C-5, o valor refletido no balanço é o que resulta da avaliação efetuada pelas Finanças em 1997.

O valor da parcela de terreno com cerca de 2.100 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Ernesto de Vasconcelos, contígua ao jardim do Museu da Cidade e ao edifício da Junta de Freguesia do Campo Grande, é o que resulta da avaliação efetuada pela Direcção-Geral do Património.

Os Edifícios do Instituto de Oceanografia (IO) e do Instituto de Biofísica e Engenharia Biomédica (IBEB), bem como os respetivos terrenos, foram contabilizados no exercício de 2005. O Edifício do IO foi construído no âmbito do Programa Ciência e Programa PRAXIS XXI.

O Edifício do IBEB foi construído no âmbito do Programa Ciência. Os Terrenos foram valorizados de acordo com avaliações efetuadas em 1993. Quer o valor dos Edifícios, quer o dos Terrenos foram contabilizados pelo valor inicial e consideradas as amortizações acumuladas desde a sua entrada em funcionamento, o IBEB em 1993 e o IO em 1994.

A 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica “Edifícios e Outras Construções” é a que se apresenta relativamente aos Edifícios da FCUL, tendo-se procedido ao registo das amortizações do exercício de 2012 correspondente a doze duodécimos:

**EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES**  
Unidade monetária: Euro

EDIFÍCIOS	VALOR IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Edifício C-1	5.734.330,0	836.407,14	4.897.922,96
Edifício C-2	5.906.562,03	94.570,98	4.991.991,05
Edifício C-3	1.688.423,9	292.418,89	1.396.004,30
Edifício C-4	1.636.518,47	284.538,67	1.351.979,80
Edifício C-5	1.501.926,18	259.256,56	1.242.669,62
Fracção Autónoma E	9.692,00	2.300,52	7.391,48
Edifício C-6	12.698.786,94	1.581.970,40	11.116.816,54
Edifício C-7	1.213.150,88	194.697,69	1.018.453,19
Edifício C-8	12.699.221,33	2.056.899,15	10.642.322,18
Instituto de Oceanografia (IO)	531.136,28	125.486,05	405.650,23
Instituto de Biofísica e Eng. Biomédica (IBEB)	474.580,06	118.417,86	356.162,20
Arranjos exteriores aos edifícios C8, I.O., IBEB e ICAT	82.497,13	29.783,96	52.713,17
Arranjos exteriores do edifício C6	1.185.719,50	429.114,50	756.605,00
Arruamentos	226.576,34	75.383,82	151.192,52
Construções diversas	486.201,87	393.684,87	92.517,00
<b>Total</b>	<b>46.075.322,30</b>	<b>7.594.931,06</b>	<b>38.480.391,24</b>

A decomposição do equipamento de transporte, elemento a elemento, a 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

**EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE**  
Unidade monetária: Euro

EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE MATRICULA	VALOR IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
59-22-SX	12.052,49	12.052,49	0,00
36-40-BL	880,00	880,00	0,00
IX-67-66	0,00	0,00	0,00
63-24-ZI	21.298,12	21.298,12	0,00
LJ-46-94	0,00	0,00	0,00
06-CL-66	29.521,57	22.755,98	6.765,59
<b>Total</b>	<b>63.752,18</b>	<b>56.986,59</b>	<b>6.765,59</b>

A 31 de dezembro de 2012, o valor do Imobilizado Líquido, é o que se apresenta no quadro seguinte:

**IMOBILIZADO LÍQUIDO**  
Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	VALOR IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
4.2.1 Terrenos e Recursos Naturais	1.442.665,66	0,00	1.442.665,66
4.2.2 Edifícios e Outras Construções	46.075.322,30	7.594.931,06	38.480.391,24
4.2.3 Equipamento e Material Básico	13.980.052,53	9.829.836,61	4.150.215,92
4.2.4 Equipamento de Transporte	63.752,18	56.986,59	6.765,59
4.2.5 Ferramentas e utensílios	98.760,30	87.439,08	11.321,22
4.2.6 Equipamento Administrativo	6.635.391,82	6.456.418,32	178.973,50
4.2.9 Outras Imobilizações Corpóreas	137.017,94	128.707,15	8.310,79
<b>Total</b>	<b>68.432.962,73</b>	<b>24.154.318,81</b>	<b>44.278.643,92</b>

#### 8.2.14 BENS DE IMOBILIZADO NÃO VALORIZADOS

Não se encontra refletido no balanço o ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1996, os edifícios do Observatório Astronómico de Lisboa, bem como parte dos terrenos afetos ao campus da **FCUL**.

A situação atrás referida resulta do facto de a Faculdade ter seguido até 31 de dezembro de 2001 apenas os princípios da contabilidade Pública.

#### 8.2.16 PARTES DE CAPITAL EM ENTIDADES PARTICIPADAS

A **FCUL** detém participações sociais nas seguintes entidades:

- a) Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (ICAT), com sede no Campo Grande - Lisboa, *campus* da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

O ICAT tem por objeto o fomento de atividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento de iniciativas que incrementem a cooperação e criem efetivas ligações entre a Faculdade e outros organismos de investigação e desenvolvimento, e entre a Faculdade e o sector produtivo.

A Faculdade detém uma participação, em 31 de dezembro de 2012, de € 386.150,00 correspondente a 88,48%.

O ICAT, encontra-se em processo de insolvência (Processo n.º1377/07.2TYLSB, Anúncio nº2464/2009, publicado em DR 2º Série, em de 25 de março de 2009) tendo sido aprovado um Plano de Insolvência por decisão da Assembleia de Credores.

- b) Pólo Tecnológico de Lisboa (LISPOLIS), com sede na Estrada do Paço do Lumiar, nº 44 - Lisboa.

A LISPOLIS tem por objeto gerir o Pólo Tecnológico de Lisboa (PTL), e criar as condições favoráveis para o sucesso das empresas aí instaladas.

A Faculdade detém uma participação, em 31 de dezembro de 2012, de € 87 500,00 correspondente a trinta e seis Unidades de Participação.

- c) Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FUNDAÇÃO), com sede no Campo Grande – Lisboa, campus da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A FUNDAÇÃO tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Faculdade, fomentar as atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultadoria e divulgação, a promoção de iniciativas que incrementem as ligações entre a Faculdade e outras entidades, em especial as que contribuam para o fortalecimento da sua intervenção na comunidade e, em geral, apoiar e desenvolver qualquer iniciativa que se enquadre nos fins da Faculdade.

A Faculdade detém uma participação, a 31 de dezembro de 2012, de € 1 995,19 correspondente a 100% do capital da FFCUL.

As participações supracitadas, encontram-se registadas ao custo histórico.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor das participações em entidades participadas apresenta-se como segue:

Entidade Participada	Sede	Participação detida	
		%	Valor
ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia	Campus da FCUL - Lisboa	88,48%	386.150,00
Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	Campus da FCUL - Lisboa	100,00%	1.995,19
LISPOLIS - Pólo Tecnológico de Lisboa	Estrada Paço do Lumiar, 44 - Lisboa	36 U.P.	87.500,00
			<b>475.645,19</b>

### 8.2.23 VALOR DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de dezembro 2012, as dívidas a receber de cobrança duvidosa ascendem ao montante de 2.051.777,87 euros, estão relevadas na rubrica “Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa” e são ajustadas de acordo com os critérios mencionados na Nota 8.2.31.

### 8.2.24 VALORES RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2012, o montante a receber do pessoal, no valor de 2.725,61 euros, encontra-se evidenciado na rubrica de “Outros devedores – curto prazo”. Este montante respeita essencialmente a reposições de pessoal a serem efetuadas por motivo de cessação de funções na FCUL.

### 8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi o seguinte:

Designação	Provisões			Saldo final 31.12.2012
	Saldo inicial 31.12.2011	Aumentos	Reversões	
Provisão para aplicações tesouraria	-	-	-	-
Provisão para cobranças duvidosas	1.881.421,31	317.651,12	(147.294,56)	2.051.777,87
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-
Provisão para depreciação de exist.	-	-	-	-
Provisão para investim. financeiros	-	-	-	-
	<u>1.881.421,31</u>	<u>317.651,12</u>	<u>(147.294,56)</u>	<u>2.051.777,87</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Clientes, alunos e utentes de cobranças duvidosas” apresentava a seguinte composição:

Cobranças duvidosas	31.12.2012
Dívidas de alunos	1.926.370,95
Dívidas de clientes e utentes	61.231,28
Dívidas de Outros terceiros	64.175,64
	<u>2.051.777,87</u>

As provisões para cobrança duvidosa estão constituídas a 100% para os devedores em mora há mais de 2 anos, tal como preconizado no POC-Educação e seguindo a política adotada pela Entidade Mãe (Reitoria da Universidade de Lisboa). Em 2012, procedeu-se ao cálculo nominal dos devedores em mora nos termos referidos.

- Alunos: assume maior expressão o reforço para dívidas de 2010 no montante de € 318.153,75.
- Clientes: a provisão inicialmente existente para a dívida de Clientes, totalizava o montante de € 35.881,57, a qual foi aumentada no valor € 25.349,71.
- A rubrica “Provisões para cobranças duvidosas” contém, ainda, o montante referente à dívida do ICAT para 2012, consoante o plano de insolvência, no valor de € 64.175,64.

### 8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi o seguinte:

Fundo Patrimonial							
Código das contas	Designação	Saldo inicial 31.12.2011	Autos de Cedência	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	Saldo final 31.12.2012
51	Património	37.788.501,45	-	-	-	-	37.788.501,45
574	Reservas livres	-	-	-	-	-	-
575	Subsídios	-	-	-	-	-	-
576	Doações	38.411,87	-	-	-	-	38.411,87
577	Reservas decorrentes trans <sup>®</sup> ativos	2.686,06	81.416,81	-	-	-	84.102,87
59	Resultados transitados	(8.660.041,31)	74.908,28	9.950,62	-	3.275.748,35	(5.299.434,06)
88	Resultado líquido do exercício	3.275.748,35	-	-	(637.899,82)	(3.275.748,35)	(637.899,82)
		<b>32.445.306,42</b>	<b>156.325,09</b>	<b>9.950,62</b>	<b>(637.899,82)</b>	-	<b>31.973.682,31</b>

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de 3.275.748,35 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

O resultado líquido negativo, em 2012, de 637.899,82€ deve-se essencialmente à diminuição significativa de transferências do OE.

### 8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	31.12.2012	31.12.2011
<b>Vendas</b>		
Fotocópias, impressos e publicações	11.099,91	10.751,24
Pastas de inscrição	95.547,80	91.898,40
Consumíveis de laboratório	27.423,59	17.561,43
Cartão de estacionamento	1.600,00	1.538,24
Outros bens	42,62	33,59
	<b>135.713,92</b>	<b>121.782,90</b>
<b>Prestações de serviços</b>		
Serviços de laboratório	-	300,00
Serviços prestados ao exterior (estudos, pareceres, etc.)	286.942,84	266.050,39
Ações de formação, seminários e outros	75.361,19	83.990,60
Estacionamento anual	43.585,18	43.040,55
Outros serviços prestados	976,00	922,20
	<b>406.865,21</b>	<b>394.303,74</b>
	<b>542.579,13</b>	<b>516.086,64</b>

Na decomposição de “Vendas e prestações de serviços”, verifica-se que o valor mais significativo é referente a “Prestação de serviços – Serviços prestados ao exterior”.

### 8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Demonstração dos resultados financeiros		
	Designação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Custos e perdas</b>			
681	Juros suportados	311,57	563,03
682	Perdas em entidades ou subentidades	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	229,62
687	Perdas na alienação de apl. de tesouraria	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	5.235,94	5.130,52
		<u>5.547,51</u>	<u>5.923,17</u>
	Resultados Financeiros	<u>(4.969,64)</u>	<u>(636,73)</u>
		<b>577,87</b>	<b>5.286,44</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>			
781	Juros obtidos	556,11	5.167,04
782	Ganhos em entidades ou subentidades	-	-
783	Rendimentos de imóveis	-	-
784	Rendimentos de participações de capital	-	-
785	Diferenças de câmbio favoráveis	21,76	119,40
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
787	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria	-	-
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
		<u>577,87</u>	<u>5.286,44</u>

### 8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Demonstração dos resultados extraordinários		
	Designação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Custos e perdas</b>			
691	Transferências de capital concedidas	-	-
692	Dívidas incobráveis	-	-
693	Perdas em existências	-	-
694	Perdas em imobilizações	408,84	-
695	Multas e penalidades	90,00	-
696	Aumentos de amortizações e provisões	89.525,35	-
697	Correções relativas a exercícios anteriores	148.419,34	401.799,61
698	Outros custos e perdas extraordinárias	12.346,61	52.216,87
		<u>250.790,14</u>	<u>454.016,48</u>
	Resultados Extraordinários	<u>1.927.820,72</u>	<u>2.665.839,14</u>
		<b>2.178.610,86</b>	<b>3.119.855,62</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>			
791	Restituição de impostos	-	-
792	Recuperação de dívidas	-	-
793	Ganhos em existências	-	-
794	Ganhos em imobilizações	-	-
795	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
796	Redução de amortizações e de provisões	38.409,74	47.285,32
797	Correções relativas a exercícios anteriores	657.489,43	1.696.528,25
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.482.711,69	1.376.042,05
		<u>2.178.610,86</u>	<u>3.119.855,62</u>

Do montante constante na rubrica 797 - “Correções relativas a exercícios anteriores”, assumem maior expressão as verbas transferidas pela FCT relativas a propinas de doutoramentos no montante de € 547.020,82

Na rubrica 7.9.8 - “Outros proveitos e ganhos extraordinários”, assume maior expressão o valor incluído na conta 7.9.8.3 - “transferências de capital obtidas” no montante de € 1.382.220,82, relativo ao reconhecimento do proveito anual dos subsídios ao investimento obtidos.

### 8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

#### ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldos devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	0,30	1.099,00
Imposto sobre o valor acrescentado	904,28	2.488,20
Contribuições para a Segurança social/ CGA	-	1.443,92
Restantes impostos	-	-
	<b>904,58</b>	<b>5.031,12</b>
<b>Saldos credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	130.387,42	78.798,90
Contribuições para a Segurança social/ CGA	-	39,09
Restantes impostos	-	-
	<b>130.387,42</b>	<b>78.837,99</b>

### ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

<b>Designação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Acréscimos e diferimentos activos</b>		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Pedidos de pagamento - Projetos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Bolsas FCT	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Outros acréscimos de proveitos	30.786,32	52.194,90
	<u>30.786,32</u>	<u>52.194,90</u>
Custos diferidos:		
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Outros custos diferidos	42.118,04	74.741,72
	<u>42.118,04</u>	<u>74.741,72</u>
	<u>72.904,36</u>	<u>126.936,62</u>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1.906.046,52	1.842.694,55
Outros acréscimos de custos	77.951,52	46.879,35
	<u>1.983.998,04</u>	<u>1.889.573,90</u>
Proveitos diferidos:		
Propinas	3.269.051,82	3.100.874,31
Subsídios à exploração	-	-
Subsídios para investimentos	13.713.286,34	14.456.793,09
Projetos de investigação	2.328.304,38	2.653.054,79
Outros proveitos diferidos	-	-
	<u>19.310.642,54</u>	<u>20.210.722,19</u>
	<u>21.294.640,58</u>	<u>22.100.296,09</u>

O valor registado em “Outros Acréscimos de Proveitos” respeita a faturação a emitir após 31 de dezembro de 2012, referente a serviços prestados até 31 de dezembro de 2012.

Na rubrica de “Proveitos Diferidos – Propinas a Reconhecer” encontra-se registado o correspondente ao diferimento de oito doze avos de propinas do ano letivo de 2012/2013.

O valor inscrito na rubrica “Proveitos Diferidos – Subsídios para Investimento” respeita a subsídios obtidos para aquisição de bens do ativo fixo corpóreo.

Durante o ano de 2011 a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, reviu a execução financeira e económica dos projetos financiados por entidades públicas, bem como alterou o procedimento de contabilização dos mesmos. O efeito desta alteração implicou que os resultados transitados fossem reduzidos em 1.254.704,56 Euros.

SALDOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012, as principais rubricas de terceiros apresentavam a seguinte decomposição:

<b>Cientes c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>
Cientes	775.916,99
	<u>775.916,99</u>
<b>Alunos c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>
Alunos	3.112.202,20
	<u>3.112.202,20</u>
<b>Outros devedores</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>
Remunerações pessoal - vencimentos	2.725,61
Descontos para outras entidades	-
Devedores de subentidades	635.774,73
Devedores - Projectos	2.003.578,66
Outros devedores diversos	67.137,93
	<u>2.709.216,93</u>
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>
Fornecedores	16.832,77
	<u>16.832,77</u>
<b>Outros credores</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>
Fornecedores de Imobilizado	-
Credores de subentidades	392.028,90
Alunos - bolsas	1.740,00
Consultores, assessores, intermediários	-
Credores por atribuição de transferências e subsídios	-
Cauções de fornecedores	4.042,39
Outros credores diversos	21.733,38
	<u>419.544,67</u>
<b>Adiantamentos por conta de vendas</b>	<b>Valor a 31.12.2012</b>
Adiantamentos por conta de vendas	34.271,81
	<u>34.271,81</u>

O valor registado na rubrica “Cauções a Fornecedores” respeita aos montantes caucionados junto destes e que serão pagos com a libertação das garantias bancárias nos prazos devidos.

Na rubrica “Devedores-Subentidades” encontra-se registado 85% da dívida do ICAT à FCUL, de acordo com o plano de insolvência aprovado em Assembleia de Credores. De acordo com o referido Plano, o reembolso ocorrerá por um período de 8 anos com os dois primeiros anos de carência, a contar da data de aprovação do Plano de Insolvência em Diário da República: 25 de março de 2009. Neste contexto, estes direitos foram considerados no balanço a médio e longo prazo, tendo sido levado a “Provisões para Cobranças Duvidosas” o valor não recebido referente a 2012 (Nota: 8.2.31).

(24.Abril.2013)

Three handwritten signatures in black ink, positioned horizontally. The first signature on the left is 'I. L. D. D.' with a horizontal line underneath. The middle signature is 'Paulo' and the right signature is 'Jui'.

---

(O Conselho de Gestão)